

ASPECTOS DA DEMANDA E OFERTA NO MERCADO DE INFORMAÇÃO DE BRASÍLIA

Kira Tarapanoff
Departamento de Biblioteconomia
Universidade de Brasília
70910 Brasília, DL-

Resumo:

São abordados e analisados alguns aspectos das bibliotecas e da Biblioteconomia em Brasília, em relação à demanda de informação do mercado e do usuário. São tecidos comentários sobre o profissional da informação, e conclui-se que a oferta não corresponde adequadamente à demanda.

Abstract:

Aspects of the information market in Brasília: offer and demand
Approach and analysis of some aspects of the libraries and librarianship in Brasília, in relation to the information demand of the market and of the user. General comments about the professional of the information are made. It is concluded that the offer does not correspond adequately to the demand.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe à difícil tarefa de dar uma visão geral da Biblioteconomia em Brasília, no seu aspecto de demanda e oferta da informação.

Ainda que seja um artigo de divulgação, muita pesquisa teve que ser feita objetivando dados corretos sobre a origem e desenvolvimento de bibliotecas e serviços de informação no D.F. A história da Biblioteconomia em Brasília ainda não foi escrita, e muitas informações, algumas baseadas em depoimentos, são imprecisas ou incompletas. No entanto, acreditamos que, no seu aspecto geral, podemos considerar como fidedignas as informações aqui dadas.

Nem todos os aspectos foram cobertos. Importantes aspectos, como, por exemplo, o Ensino da Biblioteconomia, ou áreas afins, como a Arquivologia, não foram cobertos.

Os assuntos estudados foram: o problema da biblioteca pública, o sistema de bibliotecas escolares vinculado à Fundação Educacional do Distrito Federal a Biblioteca Central da Universidade de Brasília; e as bibliotecas especializadas.

Procurou-se também sugerir a demanda potencial do profissional bibliotecário no Distrito Federal.

2. BIBLIOTECA PÚBLICA JÁ

2.1 Antecedentes:

"A Biblioteca pública representa uma força em prol da educação, da cultura e da informação, sendo um instrumento indispensável para promover a paz e compreensão entre os povos e as nações."

(UNESCO, 1976)

Com esta declaração, em comemoração aos 25 anos de Brasília, foi lançada, em 12 de março último, através da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, a campanha pró-biblioteca pública em Brasília.

Poderia parecer que esta é a primeira vez que Brasília se manifesta pela criação de sua biblioteca pública. No entanto, os fatos históricos demonstram o contrário.

Se nos apegarmos à frase de que a prestação de serviços de bibliotecas públicas é missão indeclinável do Estado (Suaiden, 1979:3), poderíamos cobrar do governo uma biblioteca pública para Brasília.

Lúcio Costa, no detalhamento de seu "Relatório do Plano Piloto", 1º prêmio entre os projetos apresentados para a construção da nova capital e marco orientador do plano urbanístico de Brasília, no item referente à articulação entre os vários setores (cultural, administrativo, etc. — item 9), não só prevê a existência de uma biblioteca para Brasília, como a posiciona próxima ao Ministério da Educação (Costa, 1957:38).

Lúcio Costa não especifica o tipo de biblioteca que deveria ser criada na Esplanada dos Ministérios, entretanto, este detalhe é mencionado pela Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do governo do Distrito Federal (que se apresentava nesta época como Prefeitura do DF), confirmando entre os órgãos relativamente autônomos do DF a Biblioteca Pública (Art. 12 e 17).

Curiosamente, em **decreto** anterior, 213 de 5 de novembro de 1962, é criada para o Distrito Federal a **Biblioteca Municipal de Brasília**, e é estabelecido um prazo de 60 dias para que sejam tomadas as providências quanto à sua efetivação.

Qual teria sido o motivo da não concretização desta medida legal? A falta de um diagnóstico para o setor?

A resposta para essa pergunta veio em 1968, com a chegada do consultor da UNESCO, Hipólito Escolar Sobrino, com a dupla missão de: avaliar a situação atual e recomendar linhas de ação para o desenvolvimento de bibliotecas no Brasil; e elaborar o projeto piloto da Biblioteca Pública de Brasília.

O relatório resultante descreve o tipo de biblioteca para uma cidade

como Brasília:

"Es una ciudad nueva, creada a la medida dei hombre.

Sua biblioteca debe responder a las exigências dei hombre de nuestros dias: información, documentación, educación permanente y educación dei ócio ai alcance de todos.

Planneada para ei trabajo ordenado, Lúcio Costa, su creador. la conibió como ciudad viva y apacible, própria para ei devaneo y la especulación intelectual, capaz de tornarse con el tiempo en uno de los focos más lúcidos y sensibles dei país. Al serviço de esta idea, que ha de ser muy pronto realidad debe estar la Biblioteca Pública de Brasília" (Escolar Sobriho, 1969:32)

Escolar Sobriho não pensou em apenas uma mas em várias bibliotecas públicas, um sistema de bibliotecas, flexível e apto para cubrir as necessidades da educação de adultos em todos os níveis.

O autor sugeriu que a Biblioteca Central do sistema de bibliotecas fosse construído entre a Torre da Televisão e a Praça Prefeitura (atual Praça do Buriti), e onde se situam hoje o Palácio das Convenções e o Planetário. (Escolar Sobriho, 1969:34).

A não concretização desta proposta poderia ser atribuída à falta de iniciativa dos bibliotecários do Distrito Federal, já que a responsabilidade pela criação da biblioteca estava devidamente assumida pelo governo (então Prefeitura) do O.F., e a biblioteca poderia ser detalhada a partir do diagnóstico e das diretrizes dadas pelo consultor da Unesco?

Não se poderia atribuir a responsabilidade aos bibliotecários pois em 1975 a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal criou um grupo de trabalho que sob a coordenação do Prof. Antônio Agenor Briquet de Lemos, apresentou uma "Proposta para criação de um sistema nacional de Bibliotecas públicas", onde é especificado em seu Título II, Art. 3º que: "A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão seus sistemas de bibliotecas públicas com observância desta lei". (Lemos, 1977:29).

Esta proposta, que se constituía de uma exposição de motivos sobre a necessidade para implantação de um sistema nacional de bibliotecas públicas e de uma Minuta de projeto de lei, foi apresentada durante o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília de 21 a 25 de julho de 1975, que tinha como tema central a responsabilidade da biblioteca no plano setorial da educação. Tema fértil como o foi para um debate sobre bibliotecas públicas.

A proposta visava implantar, em cada unidade federada, um Subsistema Estadual de Bibliotecas Públicas, os quais, em conjunto, comporiam o Sistema Nacional.

Esta proposta foi aprovada e sua implantação iniciada em 1977 nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande

do Norte e também no Distrito Federal. (SUAIDEN, 1979).

Efetivamente, os depoimentos nos dizem que houve **até** mesmo um Lay-out de aproveitamento de espaço do Palácio **das** Convenções, para a implantação da biblioteca pública de Brasília. No entanto, uma vez mais não foi possível concretizar a intensão em ação.

Tínhamos a exposição de motivos, a minuta de Projeto de lei, a descrição das finalidades e organização do sistema de bibliotecas públicas, inclusive o de Brasília, e até mesmo a sensibilização das autoridades locais na pessoa do Embaixador Wladimir Murtinho, então Secretário da Educação do GDF. O que estaria faltando?

A resposta talvez seja o momento presente que testemunha uma verdadeira mobilização dos bibliotecários do Distrito Federal.

Vamos com esperança este movimento em prol da biblioteca pública.

Já!

Podemos ponderar que carecemos de um diagnóstico atualizado sobre as necessidades comunitárias de Brasília, especialmente no que tange aos grupos sociais das cidades satélites que cresceram muito de 1968 para cá.

Sabemos que as mudanças e o desenvolvimento se processam a partir da mudança de mentalidade, neste caso dos profissionais bibliotecários. Hoje **esses** são mais agressivos, politizados e dinâmicos, e principalmente voltados para os problemas sociais de sua comunidade.

Esta campanha terá êxito se este espírito perdurar, devemos apoiá-la e ajudar a levá-la até a sua concretização.

Finalmente cabe perguntar:

- como está sendo suprida a deficiência de bibliotecas públicas em Brasília?
- que órgão se ocupa das necessidades informacionais dessa comunidade?

2.2 A Biblioteca Demonstrativa do INL

Em **20** de novembro de 1970, e com o objetivo de criar condições de pesquisa e leitura para a comunidade brasiliense e agindo ainda como laboratório para o Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, foi inaugurada a Biblioteca Demonstrativa do Instituto Nacional do Livro.

O acervo inicial composto a partir da ex-biblioteca do Ministério da Educação e Cultura e de uma pequena biblioteca pertencente ao antigo Serviço Nacional de Bibliotecas, contava com **18.000** volumes, que cresceram **para 48.250** exemplares de livros atualmente, com aquisições próprias, edições e co-edições do INL, bem como com doações e obrigatoriedade de Depósito **Legal (Decreto-Lei 824 de 5 de dezembro de 1969)**, que estabelece um exemplar de cada edição de obra publicada no país.

Do ponto de vista organizacional a biblioteca faz parte da estrutura

do Instituto Nacional do Livro. Sua estrutura interna está organizada em relação aos objetivos e aos serviços que oferece à comunidade.

Entre esses objetivos e serviços está visível a preocupação da biblioteca em formar hábitos de leitura na comunidade (hora do conto, tarde de arte, feira de troca de livros infantis, concursos literários, lançamentos literários para crianças, etc), apoiar indústria editorial local (com a abertura de espaço para escritores, lançamentos de obras, cadastro de escritores independentes, etc), prestar informações de lazer e utilitárias (cine clube, centro de literatura infantil e juvenil, grupo de atualização da mulher, etc) e apoiar e complementar os programas escolares. O enunciado deste objetivo pode gerar a polêmica: biblioteca pública é biblioteca escolar? Onde está o limite de uma e de outra no atendimento de informação à comunidade?

3. UM SISTEMA DE BIBLIOTECAS VERDADEIRAMENTE ESCOLAR?

Apoiando-nos no depoimento de alguns autores podemos dizer que: "As bibliotecas públicas brasileiras devotam-se acanhadamente à missão supletiva das bibliotecas escolares" (Miranda, 1978:70); ou que "Biblioteca e escola se complementam, se sucedem em diferentes etapas da vida do indivíduo..." (Suaiden, 1979:4). Se continuássemos citando autores chegaríamos à conclusão óbvia de que, tradicionalmente, no Brasil, a biblioteca pública tem exercido papel da biblioteca escolar, por absoluta carência destas últimas.

Seria este também o caso de Brasília?

A estatística nos revela que em 1984 o Distrito Federal contava com 264 bibliotecas escolares e 1 biblioteca pública.

O esmagador testemunho dos números parece sugerir que, em Brasília, a biblioteca escolar substitui a biblioteca pública?

Lemos (1979) sensatamente afirma que numa sociedade como a brasileira não devem existir limites rígidos e precisos entre biblioteca nacional, universitária, especializada, escolar e pública.

Os limites estariam especificados pela atuação das próprias bibliotecas quando atuando a favor dos interesses da comunidade e de seus usuários. Os limites também poderiam ser especificados pelos órgãos governamentais?

No caso de Brasília as diretrizes e políticas concernentes às bibliotecas escolares da rede oficial de ensino estão especificadas no Plano de Educação e Cultura do D.F.

O Plano de Educação do Distrito Federal de 1976/79 colocava que a biblioteca escolar deveria estar dirigida tanto para a massa de estudantes regulares quanto para a população adulta visada pelas várias formas de ensino e motivada pelas alternativas de desenvolvimento econômico (D.F./ Secretaria de Educação e Cultura, 1976).

Lúcia Moriconi (na época Diretora de Apoio Pedagógico da Fundação Educacional do Distrito Federal) em palestra proferida em 1981, interpretando as

diretrizes do Plano de Educação e Cultura afirmava que as escolas em Brasília deveriam diversificar suas funções estendendo uma educação permanente à comunidade. E repassa a idéia de escola comunitária para biblioteca comunitária (Tarapanoff, 1982:36).

. Esta proposta certamente conta com o apoio de Carminda Nogueira de Castro Ferreira (1978:9), que entende serem os objetivos de biblioteca pública e escolas diversas, mas que em condições especiais pode-se aceitar a fusão das duas numa só a Biblioteca Comunitária.

A idéia de biblioteca comunitária, em Brasília, é concretizada no sistema de bibliotecas escolares do GDF.

Até meados de 1985, a estratégia de ação das bibliotecas escolares era detalhada no Projeto/Atividade Rede Integrada de Bibliotecas, Subprograma de Recursos Tecnológicos para a Educação, Programa Melhoria Qualitativa do Ensino (Moriconi, 1984).

O Projeto Rede Integrada, RIBE, vem sendo desenvolvido na rede oficial de ensino desde 1977, visando a ampliação e melhoria dos serviços prestados tanto para fins educacionais como para uso da comunidade.

A rede, composta de várias unidades de prestação de serviços, inclui um núcleo central de coordenação (NUBI); bibliotecas setoriais, escolares, salas de leituras, bibliotecas especializadas (nas áreas de agropecuária e economia doméstica; ensino especial — atendimento ao deficiente visual; comunicação e expressão; matemática e música); serviços de extensão bibliotecária (biblioteca ambulante e carros biblioteca) e de apoio (banco do livro que asseguram a utilização máxima dos livros-texto).

A competência do Núcleo Central, NUBI, é de processamento técnico centralizado, distribuição de material bibliográfico (basicamente constituído de livros texto dos vários componentes curriculares); de administração e de coordenação.

As Bibliotecas setoriais concentram recursos e serviços mais sofisticados dentro do âmbito dos Complexos Escolares (hoje em n? de 16) além de atender ao aluno e ao professor, oferecem também assistência à comunidade. As Bibliotecas Escolares e Salas de Leituras, subordinadas às setoriais, localizam-se nos estabelecimentos de ensino e funcionam como suporte aos conteúdos curriculares (Tarapanoff, 1982:37). A maioria não possui bibliotecários em sua direção.

As atividades de extensão são diversificadas e incluem o atendimento às escolas de periferias urbanas e zona rural, bem como à comunidade em geral, caracterizando-se pela prestação de serviços através de caixas-estantes e carros-biblioteca, além dos serviços oferecidos pelas Bibliotecas setoriais. Merece destaque a atividade educativo-cultural "Julho no Parque", aberta à comunidade em geral e que traz a biblioteca para o Parque da cidade (Rogério Pithon Farias) numa integração de lazer ao ar-livre com horas de conto, e teatrinho infantil.

Considerando-se o grande número de bibliotecas escolares da rede oficial de ensino poder-se-ia pensar que este é o maior mercado de trabalho para o

profissional bibliotecário, no entanto, além da lotação de alguns bibliotecários no Núcleo Central, nem ao menos todas as bibliotecas setoriais possuem bibliotecários, meta considerada como prioritária para a Divisão de Apoio Pedagógico da Fundação Educacional do GDF.

Qual seria o principal mercado de trabalho para o profissional bibliotecário em Brasília? Certamente, ainda que haja potencial, não é a biblioteca escolar.

As bibliotecas escolares, pretensão de atividade comunitária, e atendimento a adultos devem atingir prioritariamente a clientela específica de estudantes e professores do 1º e 2º graus, enquanto que a responsabilidade pelo atendimento à população universitária é da alçada das bibliotecas universitárias.

4. BIBLIOTECA - O CENTRO DA UNIVERSIDADE?

Brasília, a capital que começou a ser construída em 1956, possuía nesta época menos de 10.000 habitantes, hoje sua população cresceu para cerca de 1.500.000 habitantes. Deste total 31.582 são alunos de ensino superior atendidos por 9 (nove) instituições a saber:

	Nº de professores	Nº alunos
Universidade de Brasília - UnB	879	9.304
Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB	262	10.865
Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - UDF	235	4.502
União Pioneira de Integração Social - UPIS	85	1.476
Faculdade Católica de Ciências Humanas - FCCH	210	3.165
Faculdade Dom Bosco de Educação Física - FDBEF	37	730
União Educacional de Brasília UNEB	60	900
Faculdade de Artes	50	560
Instituto Rio Branco	35	86

Como é atendida a população universitária?

Todas as instituições de ensino superior listadas possuem sua biblioteca, conforme exigência do MEC e do CFE em relação a funcionamento e credenciamento de IES (esta exigência existe desde 1963 e foi reforçada pela Portaria nº 71/72 de 29.12.72; e pelo Parecer nº 77 de 10 de fevereiro de 1969). A mais antiga e maior das bibliotecas universitárias do Distrito Federal, é a Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Criada juntamente com a Fundação, é mencionada pela primeira vez como órgão complementar no Decreto nº 500 de 15 de janeiro de 1962 e confirmada em seu estatuto (Decreto nº 1.872 de 12 de dezembro de 1962).

O acervo da BCE, que hoje atinge 470.000 volumes de livros e 7.080 títulos de periódicos, começou com uma coleção de emergência, que não atingia, nem os requisitos mínimos, para constituir a necessária infra-estrutura bibliográfica requerida pelos cursos da universidade, merecendo críticas não só da parte de professores e alunos, como também do Prof. Edson Nery da Fonseca, que assumiu sua direção ainda em 1962.

Em 1963, sob sua orientação, começaram a ser oferecidos serviços bibliotecários de acordo com as exigências acadêmicas, e foram adquiridas importantes coleções particulares de estudiosos brasileiras, bem como as sugestões baseadas nas bibliografias mínimas preparadas pelos professores da UnB. No fim de 1963 a coleção adquirida totalizava mais de 40.000 volumes. (Fonseca, 1973).

Hoje, com um acervo bem mais significativo, a Biblioteca Central procura atender todos os membros da população universitária. Em 1984 listava 11.698 leitores inscritos — todos os alunos, todos os professores e todos os funcionários da UnB, bem como usuários externos. A circulação de seu acervo: em 1984 um total de 267.200 empréstimos e registrou 564.000 consultas.

A preocupação da BCE em atingir os vários membros de sua comunidade, com vários níveis de atendimento personalizado, faz com que essa diversifique os seus serviços de atendimento ao usuário e os modernize.

Entre os vários serviços de interesse ao usuário, destaca-se o Setor de Comutação Bibliográfica da Seção de Periódicos, responsável pelo intercâmbio de cópias de artigos científicos com outras instituições brasileiras. Logicamente, sendo uma Biblioteca-Base do sistema COMUT, forneceu mais cópias (53.388) à rede do que recebeu (16.889) para atender ao pessoal docente e discente da UnB.

Em muitos aspectos a BCE foi pioneira, entre as bibliotecas universitárias brasileiras:

foi pioneira na implantação de uma Biblioteca Central monolítica para o campus universitário;

foi pioneira, quando mesmo antes da reforma Universitária de 1968-69, seguia as diretrizes administrativas de não duplicação de meios para fins idênticos ou similares; e racionalidade administrativa, com plena utilização de recursos materiais e humanos;

foi pioneira na construção de seu prédio de biblioteca especialmente planejada e construída para ser biblioteca localizado na Praça Maior da Universidade, onde deveriam constar apenas a Aula Magna, a Reitoria, o Museu e a Biblioteca (COSTA, 1962), *idéias que foram seguidas por Rudolph Atcon quando de uma importância sem precedentes à biblioteca universitária, localizando-a no Centro da Universidade, representando a origem medieval da universidade que começou em torno do livro (Atcon, 1970:69).*

Estas iniciativas possibilitaram que a Biblioteca Central da Universidade de Brasília fosse vista como um modelo a ser seguido, quando da interpretação e im-

plantação da Reforma Universitária (1968/1969) por outras bibliotecas universitárias brasileiras, principalmente sob o aspecto estrutural, e que resultou em importantes diretrizes administrativas de coordenação e centralização, e principalmente de biblioteca vista com um enfoque sistêmico, de órgão pertencente ao todo universitário, e não como uma agência sem importância que ficava à margem do processo acadêmico.

Finalmente, foi pioneira ainda, na automação total e integrada de seus serviços, com programas desenvolvidos dentro da própria instituição, e que poderá, no futuro, servir de modelo de automação total e integrada para outras bibliotecas.

Do ponto de vista de mercado de trabalho, ainda que a biblioteca universitária represente uma demanda potencial para profissionais bibliotecários no Distrito Federal, pois que com a exceção da Biblioteca Central da Universidade de Brasília que emprega 40 bibliotecários, as outras não ultrapassam 2 ou 3 bibliotecários no máximo em seus quadros, não é este o mercado de maior demanda para os profissionais da área.

O maior mercado é o das bibliotecas especializadas.

Mas que fatia do mercado servem as bibliotecas especializadas do Distrito Federal, e quais os seus usuários?

5. BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS OU CENTROS DE INFORMAÇÃO?

Escolar Sobrino (1969:31) utilizando-se de dados estatísticos de 1965, listava 15 bibliotecas especializadas no Distrito Federal. Este quadro evoluiu naturalmente devido à expansão gradativa e à diversificação de órgãos e atividades no D.F.

O levantamento do Conselho Regional de Biblioteconomia, 1ª Região, registrava em 1981, 95 (noventa e cinco) bibliotecas especializadas em Brasília.

Não podemos abordar as bibliotecas especializadas da mesma forma que abordamos as bibliotecas escolares, como um sistema único, e servindo a um usuário específico — o sistema de ensino. Os objetivos das bibliotecas especializadas e sua clientela são bem mais diversificados, e estas devem integrar muitos sistemas afim de atingir seus objetivos.

Carlos Victor Penna (1970) especifica suas funções como as de prover as instituições que servem, de serviços de informação bibliográfica adequados para os estudos e investigações em suas respectivas especialidades.

Acrescentamos que as necessidades de informação de especialistas e técnicos variam em função das atividades nas quais estão engajados, e nem sempre os bibliotecários podem atender às demandas de informação com os recursos da biblioteca da organização, devendo recorrer e fazer parte de sistemas de informação cooperativos.

Enfocaremos a biblioteca especializada do D.F. como um sistema um centro de informação que dá e recebe informação, e está relacionada e envolvida em outros sistemas.

Escolhemos para ilustrar esta concepção o sistema de referência legislativa e o sistema de informação científico-tecnológica.

Os sistemas escolhidos não cobrem todo o espectro de oferta e demanda de informação especializada no D.F., no entanto ilustram a nossa idéia de que num mercado como o de Brasília, onde a demanda da informação vem principalmente da esfera governamental que atua em todas as áreas, a informação é inter e trans disciplinar, não podendo se restringir apenas à sua área de especialização.

5.1 O sistema de referência legislativa

A legislação é para todos. Todos devem conhecer a lei.

Baseados nestas premissas os bibliotecários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Ministério da Justiça, Fazenda, e outros, criaram dentro do serviço de referência de suas bibliotecas, um setor específico de referência legislativa, que se ocupa em analisar e registrar a legislação maior (Leis, Decretos) e menor (Portarias, etc.) a fim de prestar informação ao usuário.

A partir da Reforma Administrativa (Decreto-Lei nº 200 de 26.2.67), houve uma evolução do setor de referência nos órgãos enumerados.

A referência legislativa do Ministério da Justiça, o mais antigo Ministério criado no país (1925), hoje, se constitui numa seção subordinada à Divisão de Documentação do Ministério, estando hierarquicamente no mesmo nível da biblioteca e se constituindo num setor à parte.

Sua competência específica inclui:

- a) Indexar e arquivar a Legislação da União e do Distrito Federal e respectivas regulamentações e alterações;
- b) indexar e arquivar Pareceres do Consultor Geral da República;
- c) indexar e arquivar Portarias e Atos Normativos de órgãos do Ministério da Justiça;
- d) assessorar, em matéria legislativa, o Gabinete do Ministro, a Consultoria Jurídica, a Secretaria Geral, a Comissão de Estudos Legislativo e demais órgãos do Ministério,
- e) prestar informação sobre a legislação na Seção, por telefone e em processos, e organizar levantamentos legislativos vigentes e retrospectivos, por assunto, solicitados por qualquer órgão público ou particular e pelos usuários em geral;
- f) preparar trimestralmente, levantamento legislativo retrospectivo sobre assunto de interesse do Ministério da Justiça, e de caráter geral, para publicação no boletim **JUS** Documentação (publicação trimestral que inclui assuntos de interesse do Ministério e da Assembléia Nacional Constituinte, incluindo referências bibliográficas, documentárias e legislativas);
- g) manter catálogos de atos legislativos, coleção das Leis do Brasil, a partir de **1808**, ementários, índices e outras publicações correlatas;

h) relacionar, mensalmente, os atos referendados pelo Ministério da Justiça.

A Legislação Federal é indexada a partir de Atos publicados no Diário Oficial e possui os seguintes fichários:

- a) Constituições Federais a partir de 1824;
- b) Emendas Constitucionais a partir da Constituição de 1946;
- c) Atos Institucionais e Complementares a partir de 1964;
- d) Leis Complementares e Delegadas a partir de 1962;
- e) Leis a partir de 1907,
- f) Decretos a partir de 1908.

A Legislação do Distrito Federal está registrada num fichário numérico-alfabético de decretos numerados, assinados pelo Governo Distrito Federal, a partir de 1960, quando foi transferida a Capital da República para Brasília.

Os Pareceres do Consultor Geral da República estão registrados em fichário numérico e alfabético a partir de 1966.

As Portarias e demais atos de órgãos do Ministério da Justiça estão registrados num fichário numérico e alfabético de atos normativos, a partir de 1940.

As Resoluções do Senado Federal e da Câmara dos Deputados estão registradas num fichário numérico e alfabético, a partir de 1946.

As Instruções Normativas, Portarias e Resoluções do DASP, estão registradas em fichário alfanumérico, a partir de 1970.

As Circulares e Atos da Presidência da República estão indexados em fichários alfanumérico, a partir de 1946. (Brasil. Ministério da Justiça, 1975:35).

O importante, e bastante completo, serviço de referência legislativa do Ministério da Justiça serviu de modelo e base para o serviço de referência legislativa da Câmara dos Deputados, que até hoje o consulta em seus aspectos de legislação e de documentação.

Seu trabalho de documentação sobre a Constituinte de 1945/46 é dos mais completos sobre a Constituição de 1946.

Outros serviços importantes de referência legislativa, encontram-se em outros Ministérios.

O do Ministério da Fazenda começou a ser ativado a partir da criação do Ministério, na década de 40, como um setor do serviço de referência da biblioteca.

Hoje, a referência legislativa se desenvolve sob a Seção de Referência Legislativa, subordinada à Secretaria de Documentação e Informática da Secretaria Geral do Ministério (Portaria nº 596-B de 15 de outubro de 1975)

Inclui atos legislativos e administrativos abrangendo normas jurídicas de interesse, fazendário, especialmente na área tributária.

Paralelamente às atividades de informação legislativa, o Ministério da Fazenda, com a implantação do Sistema de Informação jurídico-tributária (SIJUT),

desenvolve com muita eficiência um trabalho de organização e atualização de textos e normas jurídico-tributárias que se concretizam em publicação de folhas soltas.

Hoje, o serviço mais moderno e rápido de referência legislativa está no sistema SICOM, que se constitui num conjunto de banco de dados com informações jurídicas, legislativas, bibliográficas e outras, recuperadas através de terminais de vídeo e/ou relatórios impressos, coordenado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), inaugurado em 12 de outubro de 1972, tendo como objetivo atender ao Poder Legislativo, modernizando e dinamizando as atividades legislativas e administrativas do Senado Federal.

Tanto o Ministério da Justiça quanto o Ministério da Fazenda, são usuários e "alimentam" o sistema SICOM, indexando a legislação secundária referente ao Ministério, assim como outros Ministérios.

São usuários do sistema em Brasília 31 (trinta e uma) entidades que utilizam 41 terminais:

Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Centro Nacional de Informação Documental Agrícola (CENAGRI), Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), Departamento de Imprensa Nacional, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Educação, Ministério do Exército, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Interior, Ministério da Justiça, Ministério da Marinha, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério dos Transportes, Presidência da República (Palácio do Planalto e Secretaria de Planejamento IBGE/SEMOR), Procuradoria Geral do Distrito Federal, Rede Ferroviária Federal, Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, Serviço de Processamento de Dados (SERPRO), Supremo Tribunal Federal, Telecomunicações Brasileiras, Tribunal de Contas do D.F., Tribunal Federal de Recursos, Tribunal Superior do Trabalho.

Além dos usuários na área do Distrito Federal outros usuários externos se espalham por diversos estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (incluindo entre os seus usuários a Biblioteca Nacional), Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, comprometendo um total de 26 terminais.

Os bancos de dados que cobrem a referência legislativa são: NJUR — normas jurídicas, e JÚRI - jurisprudência.

O Banco de dados NJUR armazena informação pertinente **às normas** jurídicas editadas no País desde **1946**. Além da Constituição, **de Leis Complementares**, Decretos-lei, e Decretos, o NJUR contém normas oriundas **de outro* órgãos** que mantêm convênio com o **PRODASEN**. **Algumas normas, pelo teu grau de importância**, estão arquivadas com seus textos **completos, tais** como: a Constituição, a CLT, o Código Tributário, o Código de Processo Civil e outros.

O banco de dados JÚRI contém informações **sobre os acórdãos • as**

decisões adotadas pelos Tribunais Superiores do País. Seus documentos se originam do: Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Militar, desde **1961**.

Apesar de que o usuário específico do SICON é o poder legislativo, este sistema, como todos os outros de referência legislativa, visam atingir todos os cidadãos do País, no Brasil e no exterior, visando informar sobre a legalidade das coisas e dos atos.

As bibliotecas especializadas requerem naturalmente profissionais especializados. Bibliotecários com especialização em indexação e nas áreas de Direito responderiam melhor à demanda deste mercado.

5.2 Sistema de informação científica e tecnológica

Os usuários do sistema de referência legislativa são todos os cidadãos brasileiros, bem como todos os outros que desejam ou precisam se informar, conhecer e aplicar nossa legislação.

Quem são os usuários e quais as necessidades que o sistema de informação técnico-científico procura satisfazer?

A política, e o sistema nacional de informação científica e técnica pretende abranger, hoje, todas as atividades ligadas à organização e difusão de dados para a solução de problemas relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como com o desenvolvimento global do país (Tarapanoff, 1984: **298**).

A demanda de informação para as atividades de desenvolvimento não tem limites. Para tão enorme abrangência, em princípio, devem fazer parte do sistema, e serem utilizados pelo sistema de informação técnico-científico todos os outros sistemas de informação existentes no País e no mundo.

No entanto, procurando nos ater ao mercado brasileiro e ao que já foi feito em relação ao sistema no Brasil, podemos começar perguntando o que propiciou o desenvolvimento de um sistema como este?

O desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, bem como a demanda do mercado industrial, e a política de desenvolvimento, principalmente na década de 60, foram os elementos propulsores para o aparecimento e expansão do sistema de informação científico-tecnológico.

Como no caso do sistema em referência legislativa, este também não foi concebido em Brasília.

O controle e disseminação da informação em ciência e tecnologia vinha sendo feito pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desde a década de 50.

Criado em 27 de fevereiro de **1954** (Decreto nº 35.124), tinha por objetivos:

- prover informação científica e tecnológica para os pesquisadores;
- prover intercâmbio de informação; e

contribuir para o desenvolvimento no Brasil da documentação científica e técnica.

A evolução das atividades científicas e tecnológicas registrada na última década, provocou um significativo incremento da demanda de informação nestas áreas, principalmente na esfera do Governo e a partir das diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), e dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs).

O IBBD teve suas atribuições ampliadas em 25 de março de 1976 (Resolução Executiva nº 20/76 do Conselho Nacional de Pesquisas, Ciência e Tecnologia (IBICT). Suas diretrizes básicas deveriam cobrir as áreas prioritárias definidas pelos programas de governo, necessidades regionais e identificação de áreas carentes (CNPq, 1976:3)

Neste momento, com a atribuição de coordenação (descentralizada), o IBICT deveria definir uma política de informação científico-tecnológica tornando-a parte das diretrizes de planejamento para o desenvolvimento global do País. Deveria também incentivar e apoiar o desenvolvimento de sistemas de informação da área que fossem úteis e necessários para as áreas prioritárias identificadas pelos Planos de governo.

Entre 1980 a 1982 o IBICT foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília.

Daqui o IBICT deveria iniciar a sua difícil e complexa tarefa, de promover a efetivação de um sistema nacional de informação técnico-científica.

Dada a conotação de integração com as diretrizes dos planos governamentais, sua política de informação deveria ser necessariamente dinâmica.

Atualmente, entre as áreas de alta prioridade está o desenvolvimento de bases de dados nacionais em: química, geociências e tecnologia mineral, meio-ambiente, telecomunicações, zoologia, botânica, antropologia, política científica, ciência da informação e desenvolvimento regional das regiões semi-árida e amazônica. Estas diretrizes poderão mudar com o advento do IV PND, a ser apresentado no governo Sarney.

Dentre os sistemas, na área do Distrito Federal, que estão recebendo coordenação e apoio do IBICT, estão: o Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (SNIDA); o Sistema de Informação Bibliográfica em Educação, Cultura e Desportos (SIBE); e o Sistema de Informação sobre Planejamento Econômico e Social.

O Sistema Nacional de Informação Agrícola (SNIDA), encontra-se em fase de consolidação, alcançando mais de 300 (trezentas) instituições em todo o País. O Centro Nacional de Informação Documental Agrícola (CENAGR), atua como núcleo central do SNIDA, descentralizando a cooperação a nível estadual para os Centros Estaduais de Informação Agrícola, atualmente já implantados nos Estados: do Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Alagoas, Bahia, Pará e Paraíba.

Outro sistema coordenador operacional, na área de agricultura e pecuária, que colabora com o IBICT, é o Sistema de Informação Técnico-Científico (SITCE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sistema que tem a responsabilidade por todos os programas de informação técnico-científicas na área de ciências agrícolas e pecuária.

O Sistema de Informação Bibliográfica em Educação, Cultura e Desportos (SIBE), visa prestar a todo o país informações nessas áreas, para tanto, entre outras atividades desenvolve uma base de dados bibliográfica.

Em relação ao Sistema de Informação sobre Planejamento Econômico e Social, o IBICT está em fase de entendimentos com o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)/Instituto de Planejamento (IPLAN), a fim de firmar convênio objetivando a assistência técnica para o desenvolvimento da Rede Nacional de Informação para o Planejamento (NAPLAN), do Sistema de Planejamento. A Rede é constituída das unidades de informação dos órgãos da administração federal e das secretarias estaduais de planejamento.

Além dessas atividades o IBICT apoia a criação de sistemas nacionais especializados e de bases de dados nacionais por todo o Brasil como p.ex. : o Sistema de Informação em Química e Engenharia Química (INFOQ); Sistema de Informação em Biotecnologia; Sistema de Informação em Geociências e Tecnologia Mineral (GEOCINF); Centro de Documentação e Informação em Informática (CEDIN); Sistema de Informação Científica e Tecnológica da Amazônia (Informa); Centro de Informação em Ciências Ambientais (CICA); Centro de Informação do Semi-Árido (CISA); e outros (CNPq, 1985).

Vale ressaltar ainda, no que se refere à informação tecnológica, a atuação de Coordenadoria de Informações Tecnológicas (CIT) da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), que colabora com o IBICT em suas atividades, organizando e difundindo inclusive informações não convencionais como as de Patentes.

A origem do CIT remonta à década de 60, com a criação do Centro de Informações Técnicas, no Instituto Nacional de Tecnologia. O Centro foi transferido em 1975 para o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, tendo ocorrido a parcial desativação de suas atividades (SEPLAN, 1984:16).

A Coordenadoria de Informações Tecnológicas assumiu a tarefa de implantação e coordenação do subsistema de informações tecnológicas, dando início a um efetivo serviço de atendimento aos usuários da área industrial do País.

Que tipo de profissional bibliotecário seria necessário para trabalhar em sistemas técnico-científicos?

Podemos arriscar que, certamente, não seria o bibliotecário com formação generalista. Idealmente, deveria ser um cientista ou técnico com especialização em ciência da informação, ou, ainda, um bibliotecário com uma segunda formação na área específica de atuação. Bibliotecas especializadas e/ou centros de informação demandam, em nossa opinião, formação profissional especializada, a fim de que

haja um serviço à altura do diálogo, da comunicação e da transferência de informação para técnicos e cientistas.

6. CONCLUSÃO

Essa breve abordagem sobre a Biblioteconomia em Brasília, especialmente no que tange a suas bibliotecas e sistemas, revela que os há para todos os níveis de complexidade de informação e todos os tipos de usuários, revela também a ambição ilimitada da abrangência da informação.

Não acreditamos que nossos acervos possam responder à esta demanda enorme.

A cooperação, centralização, coordenação e ainda a auto-ação total e integrada ou parcial de alguns serviços é sem dúvida a resposta para o volume e a ambição. No entanto, se examinarmos em detalhe as propostas e mesmo as bibliotecas e sistemas, veremos que estes, com raras exceções, estão longe de concretizar os seus propósitos por falta de infra-estrutura e mesmo de pessoal qualificado.

O mercado de trabalho em Brasília possui um potencial muito grande, sem dúvida, para o profissional bibliotecário. Poderíamos dizer que existe um mercado para todos os níveis de bibliotecário e também para especialistas da informação (estes sem oferta), não necessariamente dentro das bibliotecas especializadas e/ou sistemas ou centros de informação, mas dentro das organizações, junto aos técnicos, acompanhando projetos e atividades dentro dos vários setores da organização, dialogando e acompanhando os usuários, e oferecendo de forma adequada, imediata e personalizada a informação.

À guisa de informação final, damos notícia da criação do Conselho Nacional de Bibliotecas (CONABI), diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Educação e Cultura, como órgão colegiado de orientação normativa e disciplinadora da rede nacional de bibliotecas lideradas e assistidas pelo MEC. Entre outras competências cabe ao CONABI colaborar na formulação da política de bibliotecas e propor princípios, diretrizes e métodos para assegurar maior eficiência das bibliotecas e seu desenvolvimento (Decreto nº 91.081 de 12 de março de 1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ATCON, R.. **Manual sobre o planejamento integral do campus Universitário.**: projeto CR-10-PE-5. Florianópolis, Santa Catarina, CRUB, 1970.
2. BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria Geral. **Divisão de Documentação.** Brasília, D.F., 1975.
3. CNPq. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro, 1976.
4. CNPq. **IBICT-Relatório Anual, 1984.** Brasília, CNPq/IBICT, 1985.
5. CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 1ª Região DF. GO MT MS. ACRO. **Guia de Bibliotecas.** Brasília, **CRB-1,1981.**

6. COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília, Módulo; **Revista de Arquitetua e Artes Plásticas**. Rio de Janeiro, **3(8):33-48**, julho 1957.
7. COSTA, L & NIEMEYER, O. Praça Maior da Universidade de Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, **28:7-15**, jun. 1962.
8. **ESCOLAR SOBRINO, H. Desarrollo de las bibliotecas públicas en ei Brasil; creación de la biblioteca publica de Brasília**. Paris, UNESCO, março 1969.
9. FERREIRA, C. de C. Biblioteca Pública é Biblioteca escolar? **R. Brás. Bibliotecon. Doe**, **11(1/2):9-16**, jan./jun. 1978.
10. FONSECA, E. N. da. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: História com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. **R. Bibliotecon. Brasília**, **1(1):35-42** jan./jun. 1973.
11. LEMOS, A. A. B. de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. **R. Brás. Bibliotecon. Doe**. **12(3/4)203-210**, jul./dez. 1979.
12. LEMOS, A. A. B. de. Proposta para criação de um Sistema Naiconal de Bibliotecas Públicas. **R. Bibliotecon. Brasília**, **5 (1):25-33**, jan./jun. 1977.
13. MIRANDA, A. A Missão da Biblioteca pública no Brasil. **R. Bibliotecon. Brasília**, **6 (1):69-75**, ian./iun. 1978.
14. **MORICONI, M. L. Institucionalização da biblioteca escolar**. In: **SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1. Anais**. Brasília, MEC/Secretaria da Cultura/Fundação Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1984.
15. PENNA, C. V. **Planeamiento de servicios bibliotecários y de documentación**. Madrid, Oficina de Educación Iberoamericana, 1970.
16. SEPLAN. **Informação em Ciência e Tecnologia**. Brasília, SEPLAN/CNPq/IBICT, 1984. Ação programada em ciência e tecnologia.
17. SUAIDEN, E. J. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979.
18. TARAPANOFF, K. Biblioteca escolar: os problemas de forma, função e significado. **Boletim ABDF. Nova Série**, Brasília, **6(1).36-41**, jan./mar. 1982.
19. TARAPANOFF, K. **Planejamento da Informação Científica e Técnica do Brasil**. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, **Belo Horizonte**, **13 (21):284-301**, set. 1984.
20. UNESCO. Manifesto da Unesco sobre a biblioteca pública. **R. Brás. Bibliotecon. Doe**, **7(94/6) :158-63**, 1976.